

AVISO**PROCESSO Nº 198/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2024
EDITAL Nº 58/2024**

Encontra-se aberto, na sede da **AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAÚDE PÉ DA SERRA - ACISPES**, situada na Rua Ataliba de Barros, nº. 05, Bairro São Mateus, Juiz de Fora - MG, CEP: 36.025-275, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE** para a seleção de sociedade empresária para a prestação de serviços de locação de equipamentos, instalações, interfaceamentos, manutenções preventivas e corretivas, assessoria técnica e assessoria científica, além do fornecimento dos testes e de todos os insumos necessários para a realização de exames de imunologia, hormônios e bioquímica, de acordo com a demanda mensal do serviço de análises clínicas laboratoriais da Acispes, conforme especificação deste Edital, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexo I que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, os termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Data e horário para envio de Proposta: **das 08h00min do dia 16/12/2024, às 14h00min do dia 27/12/2024**

Data e horário da sessão: **27/12/2024. às 14:30 horas.**

Modo de Disputa Aberto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, em meio magnético, mediante entrega de pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h30min as 11h00min e das 14h00min as 16h30min ou pelo endereço eletrônico <http://www.acispes.com.br>. É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, pelo e-mail licitacoes@acispes.com.br, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A CPL não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelos telefones (32) 3313-4054.

Juiz de Fora, 13 de dezembro de 2024.

Gislene S. Generozo
Pregoeira

PROCESSO Nº 198/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2024
EDITAL Nº 58/2024

Encontra-se aberto, na sede da **AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAÚDE PÉ DA SERRA - ACISPES**, situada na Rua Ataliba de Barros, nº. 05, Bairro São Mateus, Juiz de Fora - MG, CEP: 36.025-275, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE** para a seleção de sociedade empresária para a prestação de serviços de locação de equipamentos, instalações, interfaceamentos, manutenções preventivas e corretivas, assessoria técnica e assessoria científica, além do fornecimento dos testes e de todos os insumos necessários para a realização de exames de imunologia, hormônios e bioquímica, de acordo com a demanda mensal do serviço de análises clínicas laboratoriais da Acispes, conforme especificação deste Edital, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação toda a legislação aplicável à espécie, especialmente as normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006**, com as alterações promovidas pela **Lei Complementar nº 147/2014** e demais legislações aplicáveis, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitam incondicional e irrestritamente.

1 – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária para a prestação de serviços de locação de equipamentos, instalações, interfaceamentos, manutenções preventivas e corretivas, assessoria técnica e assessoria científica, além do fornecimento dos testes e de todos os insumos necessários para a realização de exames de imunologia, hormônios e bioquímica, de acordo com a demanda mensal do serviço de análises clínicas laboratoriais da Acispes, conforme especificação deste Edital, conforme as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I.

2 - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

2.1. Data e horário para envio de Proposta: **das 08h00min do dia 16/12/2024, às 14h00min do dia 27/12/2024**

2.2. Data e horário da sessão: **27/12/2024. às 14:30 horas.**

2.3. Modo de Disputa Aberto.

3 -DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes da execução do presente processo licitatório correrão por conta das dotações orçamentárias específicas previstas no orçamento do exercício de 2024, conforme classificação abaixo:

Código Reduzido/Elemento Despesa	Descrição da Despesa
3.3.90.30.00.1.01.00.10.302.0001.2.0005	Laboratório de Exames
3.3.90.39.00.1.01.00.10.302.0001.2.0005	Laboratório de Exames

4 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. O critério de julgamento da presente licitação é o **menor preço por lote**.

5 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) Portal de Compras Públicas por meio do sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde poderão obter maiores informações, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal

5.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do(a) consórcio por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.1.3. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros..

5.1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema eletrônico relacionado nos itens anteriores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.1.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste pregão às empresas:

6.1.1. Interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado;

6.1.2. Estabelecidas no país, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste edital e seus anexos.

6.2. Não será admitida nesta licitação a participação de licitantes

6.2.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.2.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.2.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.2.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

6.2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

6.2.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.2.7. E estrangeiras que não funcionam no país.

6.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

7.4. No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega do(s) bem(ns), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da LICITANTE VENCEDORA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

7.5. As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Unidade Requisitante em nenhuma hipótese será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

7.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.6.1. Que declara que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;

7.6.2. Que declara cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

7.6.3. Que sob pena de desclassificação, declara que as suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

7.6.4. Que declara para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de dezesseis anos;

7.6.5. Que declara não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.6.6. Que declara, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, estar ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para trabalho da Previdência Social e que, se aplicando ao número de funcionários da minha empresa, atento às regras de acessibilidade prevista na legislação;

7.6.7. Que declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.7. O fornecedor que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar que estão aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.8. Caso tenha item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta.

7.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.13.1. O valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

7.14. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital.

7.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico processamento do certame, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor unitário e total do item;

8.1.2. Marca e fabricante, quando for o caso;

8.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.1.3.1. A licitante deverá descrever de forma detalhada as características dos equipamentos, em campo próprio disponibilizado pelo Portal de Compras Públicas, respeitando o limite de caracteres, em observância as descrições contidas neste edital, pois, caso o produto ofertado esteja divergente, a proposta será desclassificada, considerando a impossibilidade de anexar documentação complementar nesta fase do processo, desta forma, advertimos que as informações referente aos produtos ofertados não devem ser omitidas.

8.1.4. E-mail para fins de comunicação com o proponente.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência de elaboração e deliberação da Unidade Gestora Requisitante, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

8.9. Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela ACISPES.

9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. No caso de diligência, será disponibilizado no sistema um campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico de processamento do certame, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo menor valor unitário por item.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 05 (cinco centavos)

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema de processamento do certame, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto.

9.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, podendo ser auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.12.6. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances na seguinte forma:

9.12.6.1. Na ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

9.12.6.2. Na ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

9.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem dos subitens anteriores.

9.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.19.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na ordem do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.20.1.1. Para fins do item 9.19.1., o Pregoeiro poderá abrir diligências para solicitar a documentação dos licitantes empatados, nos moldes do art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.21. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

9.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.

9.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

10 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

10.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

10.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em com os itens 2.4 e 3.6 deste edital.

10.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.7.1. conter vícios insanáveis;

10.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.8. No caso de bens em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

10.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

10.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

10.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.17. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.18. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

11 – DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

11.1. O julgamento da habilitação se processará somente em relação ao licitante vencedor, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- a)** Documentação relativa à habilitação jurídica;
- b)** Documentação relativa à habilitação fiscal;
- c)** Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- d)** Documentação relativa à habilitação econômica–financeira;
- e)** Documentação relativa à qualificação técnica.

11.2. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio da plataforma de Pregão Eletrônico escolhido pela administração, em formato digital, no prazo de MÍNIMO DE DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

11.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

11.6. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11.7.1. Para fins de habilitação, será observado o preenchimento “sim ou não”, em campo próprio do sistema eletrônico, das declarações constantes nos subitens do **item 11.16** deste Edital.

11.8. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

11.9. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

11.10 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.10.1. Registro comercial, no caso de empresário individual;

11.10.2 Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

11.10.3. Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

11.10.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício;

11.10.5. A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa;

11.10.6. A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente;

11.10.7. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.10.8. Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor;

11.10.9. As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:

11.10.9.1. Ato constitutivo;

11.10.9.2. Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

11.10.9.3. Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

11.10.9.4. Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;

11.10.9.5. Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;

11.10.8.6. Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;

11.10.8.7. Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

11.11. DA HABILITAÇÃO FISCAL:

11.11.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

11.11.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação;

11.11.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

11.11.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

11.11.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

11.11.5.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

11.11.6. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

11.11.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

11.11.7.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

11.11.7.2. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.12. DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA:

11.12.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.13. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

11.13.1. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

11.13.2. Caso a certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, o participante deverá apresentar balanço patrimonial, contemplando a demonstração de resultado de exercício dos 3 últimos exercícios financeiros, além do seu plano de recuperação deferidos na forma do artigo 58 da lei ordinária nº 11.101/2005, evidenciando sua capacidade para adimplir suas obrigações.

11.13.3. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

11.14. DA COMPROVAÇÃO DE IDONEIDADE:

11.14.1. Certidão de comprovação de Idoneidade, que deverão ser apresentados juntamente com os documentos de habilitação:

a)- Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (www.cnj.jus.br), por meio do link http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form;

b)- como condição para habilitação, será verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no link <https://certidoes.cgu.gov.br/> em atendimento ao disposto no Acórdão n. 1793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União;

c)- as documentações indicadas nas alíneas "a" e "b" poderão ser substituídas pela Certidão/Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível no link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

11.15 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.15.1 Atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimentos similares e compatíveis com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

11.15.2. Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.

11.15.3. Alvará sanitário e de localização.

11.15.4. Registro na ANVISA da empresa licitante.

11.15.5. A licitante vencedora, após adjudicada a licitação, deverá entregar no prazo de 3 dias o registro da ANVISA dos produtos registrados, dentro do prazo de validade. A fim de facilitar a conferência as empresas deverão numerar os registros conforme a numeração descrita no Edital. O produto dispensado de apresentação de registro pela ANVISA deverá ser anexado a justificativa.

11.15.6. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

11.15.7. A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

11.15.8. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento, se for o caso):

11.15.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

11.15.10. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito

relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

11.15.11. Se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

11.15.12. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

11.15.13. O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

11.15.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.15.15. A pregoeira poderá valer-se de pareceres de técnicos para orientar suas decisões.

11.16 - DECLARAÇÕES:

11.16.1- Que declara que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital; (Declaração de conhecimento do Edital).

11.16.2. Que declara cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado de Previdência Social; (Declaração de reserva de cargos).

11.16.3. Que sob pena de desclassificação, declara que as suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; (Declaração de proposta econômica).

11.16.4. Que declara para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de dezesseis anos; (Declaração de Não-Emprego de menores).

11.16.5. Que declara não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; (Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante)

11.16.6. Que declara, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, estar ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para trabalho da Previdência Social e que, se aplicando ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade prevista na legislação; (Declaração de Acessibilidade)

11.16.7. Que declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências

posteriores; (Declaração de Inexistência de Fato Superveniente)

11.16.8. No caso dos licitantes que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar que estão aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

11.16.9. Declaração da empresa de que esta não foi declarada inidônea para contratar com o poder público, nos termos do Inciso IV, do Artigo 156, da Lei Federal 14.133/2021, conforme modelo (ANEXO VIII).

11.17 - DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES, EXIGÍVEIS NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006:

11.17.1. Declaração de que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, Artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e está apto a usufruir do tratamento estabelecido no Artigo 43, da Lei Complementar Federal nº 123/2006; (conforme modelo anexo III);

11.17.2. Declaração de que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do Artigo 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021; (conforme modelo anexo V);

11.18. A verificação pela ACISPES nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o interessado terá seu pedido de credenciamento julgado "DEFERIDO" pelo Agente de Contratação e equipe de apoio e submetido à autoridade competente para fins de homologação e da autorização, de que trata Inciso VIII, do Artigo 72, da Lei 14.133/2021;

11.20. Declaração da empresa de que esta não foi declarada inidônea para contratar com o poder público, nos termos do Inciso IV, do Artigo 156, da Lei Federal 14.133/2021, conforme modelo (ANEXO VIII).

11.21. A falta de quaisquer dos documentos aqui exigidos, ou sua apresentação em desconformidade com o presente edital implicará na inabilitação da proponente, exceto as empresas que se enquadrarem na alínea "e" do item 7.6.

11.22- As certidões obtidas pela internet estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pela Comissão de Credenciamento.

11.23. Durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço/contrato será obrigatório que os VENCEDORES mantenham regularizadas todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições do edital, conforme o

caso.

12 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

12.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

12.5. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

13 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final readequada do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, conforme anexo e deverá:

13.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da contratação e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (lei 14.133/2021)

13.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

14 – DO RECURSO

14.1. Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar a intenção de interpor recurso, em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

14.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.4.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Licitação, situado na Rua Ataliba de Barros, nº. 05, Bairro São Mateus, Juiz de Fora – MG.

15 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preço ou instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o PROCESSO ADMINISTRATIVO será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17. DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

17.1. O prazo de vigência do contrato celebrado com o licitante vencedor será de até 5 (cinco) anos.

17.2. Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário o contrato, conforme Anexo III, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido via postal, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente à subsecretaria Comissão Permanente de Licitação para assinatura.

17.2.1. A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento do contrato encaminhado para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

17.2.2. O prazo para o início da prestação dos serviços, objeto desta licitação, será de 30 (trinta) dias, conforme a solicitação da Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra – ACISPES;

17.2.3 – O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da Ordem de Serviço a ser emitida pela ACISPES.

18– DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

18.1. As aquisições decorrentes do CONTRATO serão formalizadas entre a Contratada e as Unidades Contratantes, podendo substituí-lo por outros instrumentos hábeis, nos termos da Lei 14.133/2021.

18.2. A(s) cópia(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) deverá(ão) ser anexada(s) ao processo de administração da Ata de Registro de Preços.

18.3. A Contratada fornecerá somente o objeto relacionado neste Edital.

18.4. As Unidades Requiridas não se responsabilizarão pelo fornecimento a terceiros dos objetos contratados, mesmo que adquiridos por seus servidores.

18.5. A Contratada será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante do contrato se for o caso.

18.6. Os objetos deverão ser de primeira qualidade, em atendimento as especificações discriminadas neste edital e estar dentro dos padrões de aceitabilidade. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer produto, responderá a licitante vencedora por danos causados às Unidades Contratantes, oriundos da utilização de produtos em condições inadequadas.

18.7. Toda a aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação das Unidades Contratantes, as quais deverão ser feitas através da Ata de Registro de Preços.

18.8. As Unidades Contratantes emitirão autorização de aquisição/Nota de Empenho, a ser encaminhada à Empresa contratada. Não poderá haver modificação deste conteúdo, sob pena de rescisão contratual e/ou aplicação das sanções cabíveis, inclusive multa.

19 - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

19.1. Observado o disposto no Art. 117 da Lei nº 14.133/2014, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto, serão realizados por fiscal designado lotado na contratante e demais regimentos previstos no Termo de Referência, que segue anexo e faz parte deste Edital.

19.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, o fornecimento do produto nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

19.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

20 – DA ENTREGA E DO PRAZO

20.1. Os materiais serão solicitados mensalmente ou conforme a necessidade da Acispes. A entrega dos itens deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos a contar da emissão da Ordem de Fornecimento.

20.1.1. - O prazo de entrega poderá ser programado e/ou postergado a pedido do contratante, mediante justificativa a ser avaliada e aprovada pela Diretoria da ACISPES, em caso de necessidade. As orientações quanto aos prazos constarão nas próprias Ordens de Fornecimento ou serão comunicadas pelo setor responsável, através de documento impresso ou correio eletrônico.

20.1.2. Terão que ser fornecidos produtos com prazo de validade mínima de 6 meses contados apartir da data de entrega, mantendo o mesmo lote no período sempre que possível, salvo em casos previamente aceitos pela Acispes.

20.2. Os materiais, objeto da presente licitação, serão entregues na Laboratório Acispes: Rua Doutor Dirceu de Andrade, nº 33, bairro Dom Bosco, Juiz de Fora – MG, CEP 36.025-330, anexo ao HMTJ., ou em outro local indicado na ordem de fornecimento, das 8:00h as 11:00h e de 14:00h as 16:30h. Telefone para contato (32) 3313-4055.

20.3. A sociedade empresária fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu o recebimento dos produtos.

20.4. A entrega do objeto deste instrumento será feita no endereço indicado ao servidor designado para tal fim, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências das especificações.

20.5. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

20.6. O servidor deverá processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a fornecedora para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações (recebimento provisório).

20.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da fornecedora pela perfeita execução do fornecimento/serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato/autorização de compra, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

21-DAS OBRIGAÇÕES

21.1. DA LICITANTE VENCEDORA:

21.1.1. A contratada deverá disponibilizar todos os insumos, equipamentos e acessórios que sejam necessários para a execução perfeita dos testes, sem nenhum ônus para a Acispes: acessórios operacionais, insumos de manutenção e controle, peças de reposição, impressora e seus insumos (bobina, toner/fita/cartucho e manutenção) – se necessário, Nobreak compatível com o sistema instalado e com autonomia mínima de 30 minutos na falta de energia, além de quaisquer outros insumos, equipamentos e acessórios que sejam necessários para a realização dos testes e perfeito funcionamento do equipamento.

21.1.2. Fornecer materiais com prazo de validade de 6 (seis) meses, no mínimo. Salvo em casos em que a Acispes permita previamente o fornecimento com prazo de validade menor. Efetuar a troca de qualquer insumo caso o seu prazo de validade expire, sem ônus para a Acispes.

21.1.3. O equipamento será interfaceado (bi-direcional) com o Sistema de Informática Laboratorial utilizado no Laboratório Acispes. O interfaceamento será de responsabilidade da empresa contratada, devendo ser negociado a sua implantação, desenvolvimento e manutenção do mesmo diretamente com a empresa fornecedora de Sistema de Informática Laboratorial atualmente implantado no Laboratório Acispes, sem nenhum ônus para a Acispes.

21.1.4. A contratada terá que fornecer assessoria técnica e científica aos funcionários do laboratório envolvidos no manuseio diário do equipamento, sempre que solicitado pela Acispes

21.1.5- A contratada será responsável pela manutenção corretiva (máximo em 48hs) e preventiva dos equipamentos (trimestral ou conforme orientação do fabricante), inclusive com troca de peças e emissão de documento comprobatório, cumprindo sempre as recomendações e check-list do fabricante do equipamento. Deverá fornecer reagentes, calibradores, controles e padrões que se fizerem necessários à manutenção e à validação dos equipamentos, ou repor os insumos/reagentes utilizados nas manutenções e validações à Acispes através de bonificação ou de desconto em Nota Fiscal no valor calculado sobre o número de testes utilizados e o preço unitário contratado do teste em questão. No caso, se a manutenção corretiva não acontecer até as 72hs após a solicitação (via e-mail e/ou telefone), os exames serão enviados para outro laboratório de apoio da Acispes e todos os custos decorrentes serão de responsabilidade da empresa contratada. Não contará para efeito de manutenção corretiva o atendimento não-presencial.

21.1.6 - Toda e qualquer manutenção realizada nos equipamentos, até mesmo a instalação, deverá ser registrada pelo técnico responsável pela manutenção, em formulário próprio, indicando no mínimo as seguintes informações: data e hora do chamado, data e hora da realização da manutenção, identificação do responsável pela manutenção, identificação do equipamento e nº de série, tipo de manutenção (corretiva ou preventiva) e ações realizadas na manutenção (qual o defeito, o que foi feito, corrigido e/ou modificado). Após a conclusão do serviço de manutenção, uma cópia legível deste

formulário de registro deverá obrigatoriamente ser fornecida a Acispes. No caso de manutenções preventivas, a empresa contratada deverá fornecer previamente um check-list dos procedimentos que serão realizados na mesma.

21.1.8. Qualquer aparelho, módulo ou insumo que apresentar defeitos frequentes e/ou funcionamento inadequado tem que ser substituído imediatamente por outro equivalente sem nenhum ônus para a instituição contratante; se ocorrer alto índice de paradas do equipamento, ou de *performance* inadequada, será considerado um critério para rompimento do contrato.

21.1.9. Também será considerado critério para rompimento do contrato a ocorrência de insumos ou materiais que não apresentarem a *performance* mínima para garantia da qualidade. Os critérios para essa avaliação serão baseados nos controles de qualidade do Laboratório Acispes.

21.1.10. A contratada deverá ter equipe técnica e científica qualificada à disposição da Acispes.

21.1.11. A entrega dos materiais será de inteira responsabilidade da contratada.

21.1.12. A entrega deverá ser feita no Laboratório Acispes: Rua Doutor Dirceu de Andrade, nº 33, bairro Dom Bosco, Juiz de Fora – MG, CEP 36.025-330, anexo ao HMTJ.

21.1.13. As solicitações de fornecimento de insumos serão feitas periodicamente, conforme a necessidade do Laboratório Acispes. O prazo máximo para entrega dos insumos será de 10 dias a partir da data da solicitação de fornecimento. Este prazo poderá ser prorrogado pela Acispes mediante requerimento da contratada com justificativa julgada plausível a critério da Acispes.

21.1.14. No caso de impedimento de realização dos testes por motivo de atraso na entrega de qualquer insumo, ou pela ocorrência de qualquer fato que impeça a realização dos exames no equipamento fornecido, a empresa contratada se responsabilizará pela execução dos testes em outro laboratório de apoio da Acispes e terá de arcar com todo o ônus decorrente.

22 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO:

A AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAÚDE PÉ DA SERRA – ACISPES requisitante (Gestora da Contratação):

22.1- Fiscalizar a execução dos serviços prestados, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

22.2- Comunicar à Contratada qualquer irregularidade encontrada no serviço ou objetos da contratação, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-los;

22.3- Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a prestação dos serviços;

22.4- Notificar, por escrito, a contratada da aplicação de qualquer sanção;

22.5- Efetuar o pagamento à credenciada, no prazo acordado, após a entrega da nota fiscal/fatura no setor competente.

22.6- Prestar informações necessárias, com clareza, para execução dos serviços;

22.7- Credenciar perante a contratada, servidores autorizados a acompanhar, fiscalizar e conferir a qualidade e execução dos serviços adjudicados;

22.8- Notificar a contratada para ajustar, imediatamente, os procedimentos e/ou métodos de execução dos serviços que porventura venham a ser considerados impróprios e/ou prejudiciais, por técnicos da ACISPES, a qualidade dos serviços prestados e a utilização dos materiais solicitados;

22.9- Acompanhar e fiscalizar permanentemente a execução dos serviços, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento;

22.10- Exigir a troca de material, funcionário ou equipamento que não seja adequado às exigências do serviço;

22.11- Aplicar, quando for o caso, as penalidades, advertências e sanções previstas no edital e contrato, de acordo com as Leis que regem a matéria;

22.12- Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços objeto do credenciamento.

23 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. A recusa da adjudicatária em assinar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas em lei e no Termo de Referência, que segue anexo e faz parte deste Edital.

23.2. As regras sobre as sanções administrativas são aquelas impostas por lei e constam no Termo de Referência item 16, que segue anexo e faz parte deste Edital.

23.3. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

24- DO PAGAMENTO

24.1. Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.2. O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

24.3. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

24.4. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias após a apresentação da nota fiscal, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica, junto ao setor pertinente da Unidade Requisitante com o aceite pelo servidor designado, responsável pela fiscalização do fornecimento:

BANCO: _____ **AGÊNCIA:** _____ **CONTA CORRENTE:** _____ **LOCALIDADE:** _____

24.5. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

24.6. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica

24.7. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 19.5 ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, ficam as Unidades Contratantes autorizadas a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à Contratada, das penalidades previstas.

24.8. As Unidades Contratantes poderão descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela licitante vencedora, por força da contratação.

24.9. Quando ocorrer a situação prevista no subitem 19.7, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

24.10. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

24.11. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

24.12. No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos.

24.13. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

25 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

25.1. Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **por meio eletrônico**, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento desta. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

25.2. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverão ser feitos exclusivamente por forma eletrônica no sistema, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

25.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

25.4. Acolhida a impugnação, que implique em eventual modificação no edital, culminará na definição e publicação de nova data para a realização do certame, desde que a alteração não comprometa a formulação das propostas.

25.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

25.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

25.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

25.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por aquele que tem poderes de representação com login e senha no sistema de operacionalização do certame.

26 – DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio

da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, observadas as disposições do art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.5 Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

26.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.6.1. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

26.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.8. A Autoridade Competente, poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

26.8.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

26.9. É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

26.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

26.9.2. Obriga-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhe forem solicitados

26.10 O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

26.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

26.12. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a ACISPES pelo telefone: (32) 3313-4054, nos dias úteis no horário das 08 às 11 horas ou 14 às 16 horas, ou através do e-mail licitacoes@acispes.com.br.

26.13. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>**, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

26.14. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência e Valor Estimado

Anexo II - Modelo de Proposta

Anexo III – Minuta de Contrato

Anexo IV -Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte(EPP).

Anexo V - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo VI- Modelo de Declaração de Empregador Pessoa

Anexo VII – Modelo de Declarações Unificadas

Anexo VIII – Modelo de declaração de idoneidade

Juiz de Fora, 13 de dezembro de 2024.

Gislene S. Generoso
Pregoeiro

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2024****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2024****1. OBJETO**

Contratação de pessoa jurídica para serviços de locação de equipamentos, instalações, interfaceamentos, manutenções preventivas e corretivas, assessoria técnica e assessoria científica, além do fornecimento dos testes e de todos os insumos necessários para a realização de exames de imunologia, hormônios e bioquímica, de acordo com a demanda mensal do serviço de análises clínicas laboratoriais da Acispes, conforme as justificativas e descrições deste termo.

2 - DA NATUREZA DO OBJETO

2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, sendo caracterizados como comuns.

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O laboratório clínico da Acispes é a principal referência no apoio diagnóstico e acompanhamento terapêutico em análises clínicas para a saúde pública da região. O atendimento é prestado em regime ambulatorial e de urgência e emergência, sendo cobertos os 27 municípios consorciados e a cidade de Juiz de Fora, com suporte às demandas hospitalares do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ), do Hospital de Pronto Socorro (HPS), do Pronto Atendimento Infantil (PAI), da UPA de Santa Luzia e da UPA de São Pedro. Ao todo, o laboratório realiza mais de 1 milhão de exames por ano, funcionando de forma ininterrupta, 24 horas por dia.

Para tanto, é necessário dispor de parque tecnológico laboratorial robusto, que possibilite realizar milhares de exames por hora, com qualidade, agilidade e segurança. Nesse contexto, sem esta estrutura é impossível atender aos pacientes e unidades de saúde do SUS.

A realização de exames de Bioquímica, Imunologia, Hormônios e Marcadores tumorais, objeto deste estudo, é essencial na prestação da assistência médica aos usuários do sistema SUS sendo fundamental ao diagnóstico e acompanhamento terapêutico de pacientes com diversas patologias clínicas crônicas e agudas, como as metabólicas e as infecciosas. Estes exames representam cerca de 70% da rotina laboratorial, sendo necessários sistemas analíticos automatizados e robustos para

garantir o atendimento ininterrupto das demandas e otimizar a operação laboratorial garantindo qualidade e rapidez ao cuidado com os pacientes.

a) Benefícios que resultarão da contratação

Manutenção de testes importantes para o corpo clínico das unidades de saúde atendidas pelo Laboratório Acispes e para os pacientes, com confiabilidade e a agilidade na liberação dos resultados. Com a automação adquire-se mais confiabilidade e agilidade na liberação dos resultados. Laudos liberados em tempo hábil se traduzem em benefícios diretos para o paciente, na forma de diagnóstico e/ou acompanhamento terapêutico mais rápido, e benefícios indiretos ao SUS, na forma de menor permanência dos pacientes nos leitos e atendimento adequado à demanda dos ambulatórios.

A integração dos equipamentos possibilita também uma otimização de recursos humanos, pois necessita de um menor número de colaboradores para operação dos equipamentos, uma vez que o modelo de automação integra 4 equipamentos em apenas 2. O modelo de integração otimiza também o número de tubos de amostras utilizados, uma vez que será necessário apenas 1 (um) tubo de sorologia para realizar testes bioquímicos, imunológicos, hormonais e marcadores tumorais. Outro benefício é a possibilidade de otimização de gastos com testes de calibração e controle de qualidade dos equipamentos e reagentes.

b) Natureza do serviço

Trata-se de SERVIÇOS CONTINUADOS, pois sua interrupção compromete inexoravelmente a continuidade das atividades do Serviço de Análises Clínicas Laboratorial. Portanto, é necessário que a contratação se estenda por mais de um exercício financeiro e continuamente.

II – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a) Do agrupamento dos serviços de locação, manutenção e do fornecimento dos testes:

O produto final desta contratação é um resultado de um dado teste laboratorial para um dado paciente. Para obter este produto necessitamos de equipamentos e reagentes de forma indissociável, tornando este um objeto híbrido. As razões do agrupamento destes itens, tanto daqueles que constituem serviço (locação de equipamento, interfaceamento, assessoria científica, assessoria técnica e manutenções) como daqueles que constituem fornecimento de material (reagentes, materiais de controle, calibradores, soluções e acessórios) estão descritas abaixo.

Dado que os equipamentos são fechados do ponto de vista da utilização dos insumos, ou seja, só aceitam os materiais e acessórios de mesma marca – que são exclusivos – não há sentido em parcelamento ou fracionamento do objeto. Além disso, a assistência técnica tem que ser própria e

especializada, garantindo atendimento contínuo com manutenções preventivas e corretivas, com peças de reposição originais, que estarão com seus custos incorporados ao valor da prestação de serviços propostos. O mesmo ocorre com a assessoria científica.

Concluindo, sem equipamento é impossível realizar os testes manualmente, só na existência de reagente. Sem reagente (e tem que ser o reagente próprio) o equipamento é inútil. Se tivermos os dois, mas o equipamento estiver com problemas técnicos, estaremos impedidos de fornecer os testes à equipe clínica e aos pacientes. Daí ser necessário que o serviço de locação e fornecimento de reagentes seja do mesmo fornecedor, mesmo sendo lotes diferentes, para que não haja atraso e gastos ao erário.

Sendo assim, faz-se necessário que o critério de julgamento adotado seja o **menor valor GLOBAL do grupo de lotes**, observadas as exigências contidas neste estudo quanto às especificações do objeto.

b) Da vigência necessária para a contratação:

Considerando que se trata de objeto complexo que envolve a prestação de serviços de natureza contínua, necessariamente o contrato deverá ser celebrado com duração de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura ou até consumo total do quantitativo contratado. Tratando-se de equipamentos de alto custo e alta complexidade, a extensão contratual pelo maior prazo possível obviamente permitirá a diluição de custos por mais tempo e, logo, viabilizará o melhor custo-benefício para a Acispes.

III – JUSTIFICATIVA

A licitação será realizada por lote contendo vários itens que obrigatoriamente devem ser analisados de forma conjunta com o respectivo equipamento, respeitando a divisão por lotes. Uma vez que o laboratório não dispõe de espaço físico suficiente para a instalação de equipamentos de fabricantes diferentes fica inviável realizar o processo por valor unitário. Além disso, o alto custo dos insumos pré-analíticos como tubos, seringas, luvas, agulhas e água, necessários para a realização de cada teste pode elevar ainda mais o custo total dos mesmos. Também é importante frisar que os equipamentos de fabricantes diferentes acarretariam um maior tempo na liberação dos resultados para o paciente.

3. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES DE REFERÊNCIA.

3.1. LOTE UNICO

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO EM R\$	VALOR TOTAL EM R\$
2.	Locação mensal de 2 (dois) equipamentos analisadores automatizados, com até 5 anos de uso e com Imunoquímica integrada, sendo 2 módulos de Bioquímica clínica com capacidade mínima analítica de 750 t/h e 2 módulos de Imunoensaio com capacidade mínima analítica de 120 t/h , conforme especificações abaixo	Mês	12	R\$ 41.626,26	R\$ 499.515,12
3.	25 Hidroxivitamina D	Teste	38.957	R\$ 08,05	R\$ 313.603,85
4.	Ácido Fólico	Teste	7.448	R\$ 4,98	R\$ 37.091,04
5.	Ácido Úrico	Teste	25.296	R\$ 0,29	R\$ 7.335,84
6.	Albumina	Teste	5.708	R\$ 0,36	R\$ 2.054,88
7.	Alfa Fetoproteína	Teste	824	R\$ 6,41	R\$ 8.034,00
8.	ALT UV (TGP)	Teste	42.042	R\$ 0,29	R\$ 12.192,18
9.	Amilase	Teste	9.383	R\$ 1,23	R\$ 11.541,09
10.	Anti Estreptolisina O (ASLO)	Teste	900	R\$ 4,27	R\$ 3.843,00
11.	Anti HAV IgG	Teste	1.764	R\$ 8,21	R\$ 14.482,44
12.	Anti HAV IgM	Teste	1.764	R\$ 10,24	R\$ 18.063,36
13.	Anti HBc IgM	Teste	1.956	R\$ 6,15	R\$ 12.029,40
14.	Anti HBc Total	Teste	4.733	R\$ 7,00	R\$ 33.131,00
15.	Anti HBs	Teste	9.648	R\$ 4,68	R\$ 45.152,64
16.	Anti HCV Ag/Ab	Teste	9.981	R\$ 11,84	R\$ 118.175,04
17.	Anti HIV Ag/Ab	Teste	10.047	R\$ 7,29	R\$ 73.242,63
18.	Anti TPO	Teste	3.432	R\$ 5,34	R\$ 18.326,88
19.	AST UV (TGO)	Teste	42.042	R\$ 0,25	R\$ 10.510,50
20.	Beta HCG	Teste	5.282	R\$ 5,20	R\$ 27.466,40
21.	Bilirrubina Direta	Teste	18.998	R\$ 0,48	R\$ 9.119,04
22.	Bilirrubina Total	Teste	18.998	R\$ 0,46	R\$ 8.739,08
23.	C3	Teste	990	R\$ 5,33	R\$ 5.276,70
24.	C4	Teste	990	R\$ 4,61	R\$ 4.563,90
25.	CA 125	Teste	1.047	R\$ 7,93	R\$ 8.302,71
26.	CA 19-9	Teste	1.149	R\$ 7,97	R\$ 9.157,53
27.	Cálcio	Teste	22.382	R\$ 0,23	R\$ 5.147,86
28.	Capacidade de Ligação do Ferro (IBC)	Teste	3.582	R\$ 0,30	R\$ 1.074,60
29.	CEA	Teste	1.922	R\$ 8,50	R\$ 16.337,00
30.	CK	Teste	15.891	R\$ 0,95	R\$ 15.096,45
31.	CK MB	Teste	10.086	R\$ 1,42	R\$ 14.322,12
32.	Cloretos (ISE)	Teste	3.180	R\$ 0,35	R\$ 1.113,00

33.	CMV IgG	Teste	3.965	R\$ 6,18	R\$ 24.503,70
34.	CMV IgM	Teste	3.965	R\$ 5,53	R\$ 21.926,45
35.	Colesterol HDL	Teste	49.200	R\$ 1,88	R\$ 92.496,00
36.	Colesterol Total	Teste	49.221	R\$ 0,29	R\$ 14.274,09
37.	Cortisol	Teste	1.314	R\$ 6,06	R\$ 7.962,84
38.	Creatinina	Teste	116.773	R\$ 0,12	R\$ 14.012,76
39.	Estradiol	Teste	2.310	R\$ 7,21	R\$ 16.655,10
40.	Fator Reumatóide	Teste	2.310	R\$ 2,98	R\$ 6.883,80
41.	Ferritina	Teste	14.912	R\$ 3,61	R\$ 53.832,32
42.	Ferro	Teste	13.881	R\$ 0,34	R\$ 4.719,54
43.	Fosfatase Alcalina	Teste	19.860	R\$ 0,12	R\$ 2.383,20
44.	Fósforo	Teste	4.515	R\$ 0,40	R\$ 1.806,00
45.	FSH	Teste	2.898	R\$ 5,59	R\$ 16.199,82
46.	Gama GT	Teste	25.068	R\$ 0,63	R\$ 15.792,84
47.	Glicose	Teste	104.226	R\$ 0,25	R\$ 26.056,50
48.	HBsAg	Teste	25.068	R\$ 4,67	R\$ 117.067,56
49.	Insulina	Teste	3.987	R\$ 3,76	R\$ 14.991,12
50.	Lactato	Teste	6.267	R\$ 1,43	R\$ 8.961,81
51.	LDH	Teste	7.203	R\$ 0,46	R\$ 3.313,38
52.	LH	Teste	2.340	R\$ 5,31	R\$ 12.425,40
53.	Lipase	Teste	7.622	R\$ 0,65	R\$ 4.954,30
54.	Magnésio	Teste	13.814	R\$ 1,10	R\$ 15.195,40
55.	Microalbuminúria	Teste	4.860	R\$ 3,56	R\$ 17.301,60
56.	PCR - Proteína C Reativa	Teste	39.813	R\$ 2,82	R\$ 112.272,66
57.	Potássio (ISE)	Teste	99.860	R\$ 0,36	R\$ 35.949,60
58.	Progesterona	Teste	1.260	R\$ 4,80	R\$ 6.048,00
59.	Prolactina	Teste	2.100	R\$ 6,17	R\$ 12.957,00
60.	Proteína Urinária/LCR	Teste	3.960	R\$ 1,04	R\$ 4.118,40
61.	Proteínas Totais	Teste	6.122	R\$ 0,37	R\$ 2.265,14
62.	PSA Livre	Teste	12.798	R\$ 5,52	R\$ 70.644,96
63.	PSA Total	Teste	12.798	R\$ 4,12	R\$ 52.727,76
64.	PTH intacto	Teste	3.005	R\$ 7,72	R\$ 23.198,60
65.	Rubeola IgG	Teste	3.080	R\$ 8,25	R\$ 25.410,00
66.	Rubeola IgM	Teste	3.080	R\$ 10,80	R\$ 33.264,00
67.	Sódio (ISE)	Teste	94.932	R\$ 0,55	R\$ 52.212,60
68.	T3 Total	Teste	4.890	R\$ 2,96	R\$ 14.474,40
69.	T4 Livre	Teste	36.995	R\$ 6,34	R\$ 234.548,30
70.	T4 Total	Teste	4.302	R\$ 2,61	R\$ 11.228,22
71.	Testosterona Total	Teste	2.538	R\$ 5,68	R\$ 14.415,84
72.	Toxoplasmose IgG	Teste	5.997	R\$ 4,27	R\$ 41.619,18

73.	Toxoplasmose IgM	Teste	5.997	R\$ 6,94	R\$ 41.619,18
74.	Triglicérides	Teste	49.332	R\$ 0,41	R\$ 20.226,12
75.	Troponina	Teste	6.111	R\$ 8,68	R\$ 53.043,48
76.	TSH	Teste	48.068	R\$ 0,95	R\$ 45.664,60
77.	Uréia	Teste	105.000	R\$ 0,20	R\$ 21.000,00
78.	Vitamina B12	Teste	32.682	R\$ 3,43	R\$ 112.099,26
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 2.899.999,96					

3.3. DESCRIÇÃO DO SISTEMA ANALÍTICO:

3.3.1. Locação mensal de 02 (dois) equipamentos analisadores automatizados, com até 5 anos de uso, com integração de Imunoquímica, cada um composto por 1 (um) módulo de Bioquímica Clínica e 1 (um) módulo de Imunoensaio, integrados, dedicados para a realização dos exames elencados na tabela acima.

3.4. DOS MÓDULOS DE BIOQUÍMICA CLÍNICA:

- a)** Capacidade de produtividade mínima dos módulos de Química: 750 testes por hora (ou superior), com módulo ISE (Íon Selective Electrode) / IMT para os testes de Sódio, Potássio e Cloreto.
- b)** Metodologias aceitas: colorimetria, espectrofotometria, reações enzimáticas, íon seletivo (ISE) / IMT, potenciometria e turbidimetria.
- c)** Função para amostras emergenciais em posições STAT.
- d)** Dosagens dos seguintes eletrólitos por ISE/IMT, com diluição automática de amostra: Sódio, Potássio e Cloro.
- e)** Alimentação automática do equipamento com água reagente.
- f)** Acompanha sistemas de purificação para obtenção de água reagente laboratorial em condições e características suficientes e em conformidade com a necessidade dos equipamentos ofertados de forma a garantir a perfeita realização dos exames e o funcionamento adequado dos equipamentos, dentro de todos os parâmetros de qualidade da água e dos exames. O sistema de água atenderá os requisitos das normas do *Clinical Laboratory Standards Institute* (CLSI), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e quaisquer outras normativas pertinentes.
- g)** Permite o interfaceamento bidirecional com o sistema de informática laboratorial (LIS) utilizado no laboratório Acispes.
- h)** Reagentes em frascos dedicados, prontos para uso e da mesma marca do equipamento, com identificação do frasco por código de barras.
- i)** Serão admitidos reagentes que necessitem de uma simples reconstituição, observando-se a ativação enzimática de alguns parâmetros, não podendo esta reconstituição prejudicar a leitura do código de barras, sendo somente uma simples adição do conteúdo total de um frasco ao outro, sem a necessidade de utilização de pipetas, ativando o referido reagente, sem prejuízo para a dinâmica de funcionamento do equipamento e sem riscos de contaminação, possibilitando uma maior vida útil para o reagente.

- j) Os controles poderão ser específicos para cada analito e/ou multiparamétricos, sendo de definição da Acispes qual utilizar em cada caso.
- k) Controle de qualidade, pelo menos, 1 vez ao dia em níveis e parâmetros indicados para cada analito.

3.4. DOS MÓDULOS DE IMUNOENSAIO:

- a) Capacidade de produtividade mínima dos módulos de imunoensaio: 100 testes por hora (ou superior).
- b) Metodologias aceitas: quimioluminescência, eletroquimioluminescência.
- c) Função para amostras emergenciais em posições STAT.
- d) Permite o interfaceamento bidirecional com o sistema de informática laboratorial (LIS) utilizado no laboratório Acispes.
- e) Reagentes em frascos dedicados, prontos para uso e da mesma marca do equipamento, com identificação do frasco por código de barras.
- f) Serão admitidos reagentes que necessitem de uma simples reconstituição, observando-se a ativação enzimática de alguns parâmetros, não podendo esta reconstituição prejudicar a leitura do código de barras, sendo somente uma simples adição do conteúdo total de um frasco ao outro, sem a necessidade de utilização de pipetas, ativando o referido reagente, sem prejuízo para a dinâmica de funcionamento do equipamento e sem riscos de contaminação, possibilitando uma maior vida útil para o reagente.
- g) Os controles poderão ser específicos para cada analito e/ou multiparamétricos, sendo de definição da Acispes qual utilizar em cada caso.
- h) Controle de qualidade, pelo menos, 1 vez ao dia em níveis e parâmetros indicados para cada analito.

3.1.4. - DEMAIS CONDIÇÕES OBRIGATÓRIAS:

- A contratada deverá disponibilizar todos os insumos, equipamentos e acessórios que sejam necessários para a execução perfeita dos testes, sem nenhum ônus para a Acispes: acessórios operacionais, insumos de manutenção e controle, peças de reposição, impressora e seus insumos (bobina, toner/fita/cartucho e manutenção) – se necessário, Nobreak compatível com o sistema instalado e com autonomia mínima de 30 minutos na falta de energia, além de quaisquer outros insumos, equipamentos e acessórios que sejam necessários para a realização dos testes e perfeito funcionamento do equipamento.
- Fornecer materiais com prazo de validade de 6 (seis) meses, no mínimo. Salvo em casos em que a Acispes permita previamente o fornecimento com prazo de validade menor. Efetuar a troca de qualquer insumo caso o seu prazo de validade expire, sem ônus para a Acispes.

- O equipamento será interfaceado (bi-direcional) com o Sistema de Informática Laboratorial utilizado no Laboratório Acispes. O interfaceamento será de responsabilidade da empresa contratada, devendo ser negociado a sua implantação, desenvolvimento e manutenção do mesmo diretamente com a empresa fornecedora de Sistema de Informática Laboratorial atualmente implantado no Laboratório Acispes, sem nenhum ônus para a Acispes.
- A contratada terá que fornecer assessoria técnica e científica aos funcionários do laboratório envolvidos no manuseio diário do equipamento, sempre que solicitado pela Acispes.
- A contratada será responsável pela manutenção corretiva (máximo em 48hs) e preventiva dos equipamentos (trimestral ou conforme orientação do fabricante), inclusive com troca de peças e emissão de documento comprobatório, cumprindo sempre as recomendações e check-list do fabricante do equipamento. Deverá fornecer reagentes, calibradores, controles e padrões que se fizerem necessários à manutenção e à validação dos equipamentos, ou repor os insumos/reagentes utilizados nas manutenções e validações à Acispes através de bonificação ou de desconto em Nota Fiscal no valor calculado sobre o número de testes utilizados e o preço unitário contratado do teste em questão. No caso, se a manutenção corretiva não acontecer até as 72hs após a solicitação (via e-mail e/ou telefone), os exames serão enviados para outro laboratório de apoio da Acispes e todos os custos decorrentes serão de responsabilidade da empresa contratada. Não contará para efeito de manutenção corretiva o atendimento não-presencial.
- Toda e qualquer manutenção realizada nos equipamentos, até mesmo a instalação, deverá ser registrada pelo técnico responsável pela manutenção, em formulário próprio, indicando no mínimo as seguintes informações: data e hora do chamado, data e hora da realização da manutenção, identificação do responsável pela manutenção, identificação do equipamento e nº de série, tipo de manutenção (corretiva ou preventiva) e ações realizadas na manutenção (qual o defeito, o que foi feito, corrigido e/ou modificado). Após a conclusão do serviço de manutenção, uma cópia legível deste formulário de registro deverá obrigatoriamente ser fornecida a Acispes. No caso de manutenções preventivas, a empresa contratada deverá fornecer previamente um check-list dos procedimentos que serão realizados na mesma.
- Qualquer aparelho, módulo ou insumo que apresentar defeitos freqüentes e/ou funcionamento inadequado tem que ser substituído imediatamente por outro equivalente sem nenhum ônus para a instituição contratante; se ocorrer alto índice de paradas do equipamento, ou de *performance* inadequada, será considerado um critério para rompimento do contrato.

- Também será considerado critério para rompimento do contrato a ocorrência de insumos ou materiais que não apresentarem a *performance* mínima para garantia da qualidade. Os critérios para essa avaliação serão baseados nos controles de qualidade do Laboratório Acispes.
- A contratada deverá ter equipe técnica e científica qualificada à disposição da Acispes.
- A entrega dos materiais será de inteira responsabilidade da contratada.
- A entrega deverá ser feita no Laboratório Acispes: Rua Doutor Dirceu de Andrade, nº 33, bairro Dom Bosco, Juiz de Fora – MG, CEP 36.025-330, anexo ao HMTJ.
- As solicitações de fornecimento de insumos serão feitas periodicamente, conforme a necessidade do Laboratório Acispes. O prazo máximo para entrega dos insumos será de 10 dias a partir da data da solicitação de fornecimento. Este prazo poderá ser prorrogado pela Acispes mediante requerimento da contratada com justificativa julgada plausível a critério da Acispes.
- No caso de impedimento de realização dos testes por motivo de atraso na entrega de qualquer insumo, ou pela ocorrência de qualquer fato que impeça a realização dos exames no equipamento fornecido, a empresa contratada se responsabilizará pela execução dos testes em outro laboratório de apoio da Acispes e terá de arcar com todo o ônus decorrente.

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO**PROCESSO Nº. 198/2024****CONTRATO Nº. xx/2024**

Pelo presente instrumento a **AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAÚDE PÉ DA SERRA - ACISPES**, CNPJ nº. 01.203.485/0001-83, situada na Rua Ataliba de Barros, nº. 05, São Mateus, Juiz de Fora/MG, CEP 36.025-275, representada, neste ato, através de seu representante legal, Sr. **(PRESIDENTE)**, portador do CPF: _____, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a sociedade empresária **RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA**, CNPJ _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na **(ENDEREÇO DA CONTRATADA)** neste ato representada por **(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)**, CPF nº _____, denominada simplesmente CONTRATADA, a contratação de prestação do(s) serviço(s) nos termos do Pregão Eletrônico nº. 32/2024 regendo-se pelo disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir e do qual ficam fazendo parte integrante independentemente de transcrição, os documentos:

CLAUSULA I – DO OBJETO E DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.1 – Constitui o objeto do presente instrumento a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de locação de equipamentos, instalações, interfaceamentos, manutenções preventivas e corretivas, assessoria técnica e assessoria científica, além do fornecimento dos testes e de todos os insumos necessários para a realização de exames de imunologia, hormônios e bioquímica, de acordo com a demanda mensal do serviço de análises clínicas laboratoriais da Acispes,

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição.

1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.2. O Edital do supracitado Pregão;

1.2.3. A Proposta do Contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.1. DOS FUNDAMENTOS

2.2. A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº. 145/2024, PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/2024, de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO E DO PRAZO DE VALIDADE

5.1. DA LIQUIDAÇÃO:

5.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;

5.1.2. Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra o Consórcio;

5.1.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** o período respectivo de execução do contrato;
- e)** o valor a pagar; e
- f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.1.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

5.1.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

5.1.6. A Administração deverá realizar consulta para:

- a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.1.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

5.1.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

5.1.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

5.1.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.2. DO PRAZO DE PAGAMENTO:

5.2.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

5.3. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

5.3.1 - O prazo de vigência da contratação será 60 meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes nos limites definidos pela Lei nº 14.133/2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do Consórcio:

- 6.1.** Requisitar, por meio do setor pertinente, a prestação de serviço.
- 6.2.** Conferir se os produtos estão de acordo com o inicialmente proposto, embora o prestador seja o único e exclusivo responsável pela execução nas condições especificadas.
- 6.3.** Atestar nas Notas/faturas a efetiva dos produtos objeto deste Edital.
- 6.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 6.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 6.6.** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo contado.
- 6.7.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 6.8.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 6.9.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 6.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 6.11.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 6.12.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

6.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.14. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado.

6.15. Notificar a contratada, por escrito, acerca da aplicação de penalidade, garantindo-lhe a prévia defesa;

6.16. Efetuar o pagamento à contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica.

6.17. Aplicar à licitante vencedora as penalidades, quando for o caso.

6.18. Remeter advertência à contratada, por escrito, quando o contrato não estiver sendo cumprido de forma satisfatória.

6.18.1. Responder em um prazo de até 30 dias, admitida a prorrogação motivada por igual período, a contar da data do protocolo do requerimento feito pela contratante;

6.18.2. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do protocolo.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1. A contratada deverá disponibilizar todos os insumos, equipamentos e acessórios que sejam necessários para a execução perfeita dos testes, sem nenhum ônus para a Acispes: acessórios operacionais, insumos de manutenção e controle, peças de reposição, impressora e seus insumos (bobina, toner/fita/cartucho e manutenção) – se necessário, Nobreak compatível com o sistema instalado e com autonomia mínima de 30 minutos na falta de energia, além de quaisquer outros insumos, equipamentos e acessórios que sejam necessários para a realização dos testes e perfeito funcionamento do equipamento.

7.2. Fornecer materiais com prazo de validade de 6 (seis) meses, no mínimo. Salvo em casos em que a Acispes permita previamente o fornecimento com prazo de validade menor. Efetuar a troca de qualquer insumo caso o seu prazo de validade expire, sem ônus para a Acispes.

7.3. A contratada terá que fornecer assessoria técnica e científica aos funcionários do laboratório envolvidos no manuseio diário do equipamento, sempre que solicitado pela Acispes.

7.4. A contratada será responsável pela manutenção corretiva (máximo em 48hs) e preventiva dos equipamentos (trimestral ou conforme orientação do fabricante), inclusive com troca de peças e emissão de documento comprobatório, cumprindo sempre as recomendações e check-list do fabricante do equipamento. Deverá fornecer reagentes, calibradores, controles e padrões que se fizerem necessários à manutenção e à validação dos equipamentos, ou repor os insumos/reagentes utilizados nas manutenções e validações à Acispes através de bonificação ou de desconto em Nota Fiscal no valor calculado sobre o número de testes utilizados e o preço unitário contratado do teste em questão. No caso, se a manutenção corretiva não acontecer até as 72hs após a solicitação (via e-mail e/ou telefone), os exames serão enviados para outro laboratório de apoio da Acispes e todos os custos decorrentes serão de responsabilidade da empresa contratada. Não contará para efeito de manutenção corretiva o atendimento não-presencial.

7.5. Toda e qualquer manutenção realizada nos equipamentos, até mesmo a instalação, deverá ser registrada pelo técnico responsável pela manutenção, em formulário próprio, indicando no mínimo as seguintes informações: data e hora do chamado, data e hora da realização da manutenção, identificação do responsável pela manutenção, identificação do equipamento e nº de série, tipo de manutenção (corretiva ou preventiva) e ações realizadas na manutenção (qual o defeito, o que foi feito, corrigido e/ou modificado). Após a conclusão do serviço de manutenção, uma cópia legível deste formulário de registro deverá obrigatoriamente ser fornecida a Acispes. No caso de manutenções preventivas, a empresa contratada deverá fornecer previamente um check-list dos procedimentos que serão realizados na mesma.

7.6. Qualquer aparelho, módulo ou insumo que apresentar defeitos freqüentes e/ou funcionamento inadequado tem que ser substituído imediatamente por outro equivalente sem nenhum ônus para a instituição contratante; se ocorrer alto índice de paradas do equipamento, ou de *performance* inadequada, será considerado um critério para rompimento do contrato.

7.7. Também será considerado critério para rompimento do contrato a ocorrência de insumos ou materiais que não apresentarem a *performance* mínima para garantia da qualidade. Os critérios para essa avaliação serão baseados nos controles de qualidade do Laboratório Acispes.

7.8. A contratada deverá ter equipe técnica e científica qualificada à disposição da Acispes.

7.9. A entrega dos materiais será de inteira responsabilidade da contratada.

7.10. A entrega deverá ser feita no Laboratório Acispes: Rua Doutor Dirceu de Andrade, nº 33, bairro Dom Bosco, Juiz de Fora – MG, CEP 36.025-330, anexo ao HMTJ.

7.11. As solicitações de fornecimento de insumos serão feitas periodicamente, conforme a necessidade do Laboratório Acispes. O prazo máximo para entrega dos insumos será de 10 dias a

partir da data da solicitação de fornecimento. Este prazo poderá ser prorrogado pela Acispes mediante requerimento da contratada com justificativa julgada plausível a critério da Acispes.

7.12. No caso de impedimento de realização dos testes por motivo de atraso na entrega de qualquer insumo, ou pela ocorrência de qualquer fato que impeça a realização dos exames no equipamento fornecido, a empresa contratada se responsabilizará pela execução dos testes em outro laboratório de apoio da Acispes e terá de arcar com todo o ônus decorrente.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

8.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

8.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações.

8.4. O relatório de entrega do objeto será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos.

8.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não será exigida garantia de execução para a presente contratação.

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i)** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - ii)** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - iii)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - iv)** Multa: (1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- 11.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c)** der causa à inexecução total do contrato;
 - d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021)

2021).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da execução do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o ano em exercício abaixo indicadas e nos exercícios subsequentes, as despesas correrão por conta da dotação que for prevista para atender as obrigações de mesma natureza.

Código Reduzido/Elemento Despesa	Descrição da Despesa
3.3.90.30.00.1.01.00.10.302.0001.2.0005	Laboratório de Exames
3.3.90.39.00.1.01.00.10.302.0001.2.0005	Laboratório de Exames

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Plano de Contratação Anual respectivo e liberação dos créditos correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

15.1. Os licitantes devem observar e o CONTRATADO deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) "prática colusivas": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga do contrato financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do contrato financiado pelo organismo.

15.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de do contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DA GESTÃO DO CONTRATO

18.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

18.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

18.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

18.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

18.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

18.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

18.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do

contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

18.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO (art. 92, §1º)

19.1. As partes elegem o Foro da Comarca de, para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Juiz de Fora - Minas Gerais, xx de xxxxxx de 2024

PRESIDENTE

REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHA:

TESTEMUNHA:

NOME _____

NOME _____

CPF: _____

CPF: _____

ASSINATURA: _____

ASSINATURA: _____

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2024****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2024**

Razão Social: _____, CNPJ: _____.____/____-____
Logradouro: _____, nº _____, Bairro: _____
Cidade: _____, UF: _____, CEP: _____-____, Telefone: (____) _____-____
E-mail.: _____
Banco: _____, Conta _____ Agência _____

A empresa acima se propõe a executar o objeto, conforme discriminado no Edital do Pregão acima mencionado, pelos preços a seguir descritos:

LOTE 1 -

Testes / Equipamentos	Quantidade	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total

LOTE 2 –

Testes / Equipamentos	Quantidade	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total

OBS: Colocar na Planilha acima apenas os itens vencidos.

Declaramos ter pleno conhecimento das exigências do Edital e do objeto licitado e estarmos de acordo com os termos do mesmo e que acatamos suas determinações, bem como informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, tais como as despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, todos os custos operacionais, encargos previdenciários, seguros, fretes, encargos de qualquer natureza).

LOCAL/DATA

Nome do Responsável

ANEXO IV**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal Sr.(a)....., portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

ANEXO V**MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO**

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado
....., telefone(s), e-mail para contato
....., neste ato representada pelo(a) Sr(a),
portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, declara, sob
as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no
presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 32/2024**, assim como tem pleno conhecimento do
objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

ANEXO VI**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

....., inscrito no
CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante
legal o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de
Identidade nº
..... e do CPF nº....., **DECLARA, sob as penas da Lei,**
em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da
República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

ANEXO VII**MODELO DE DECLARAÇÕES****PROCESSO Nº. 198/2024****PREGÃO ELETRONICO Nº. 32/2024**

(Nome da Empresa) -----, CNPJ Nº -----, sediada na Rua -----
-----, nº -----, bairro, -----, CEP----- Município -----
-----, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital
de Credenciamento em epígrafe, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- 1) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- 2) Cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 3) As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 4) Não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 5) Não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;
- 6) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art.14, inciso VI , da Lei 14.133/20214

Cidade - UF, _____, _____ de 2024

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG: CPF: CNPJ da empresa

ANEXO VIII**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E NÃO SUSPENSÃO TEMPORÁRIA**

(Razão Social do Licitante)....., CNPJ Nº.....por meio de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada INIDÔNEA e NEM SUSPENSA TEMPORARIAMENTE para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei de Licitações. Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2024**

A Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra - ACISPES, torna pública a realização da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo menor preço por lote, pelo modo de disputa aberto, objetivando registro de preços para a futura e eventual seleção de sociedade empresária para a prestação de serviços de locação de equipamentos, instalações, interfaceamentos, manutenções preventivas e corretivas, assessoria técnica e assessoria científica, além do fornecimento dos testes e de todos os insumos necessários para a realização de exames de imunologia, hormônios e bioquímica, de acordo com a demanda mensal do serviço de análises clínicas laboratoriais da Acispes, conforme especificação deste Edital, Envio das propostas poderá ser feito das 08h00min do dia 16/12/2024 até às 14h00min do dia 27/12/2024. Início da sessão pública virtual será às 14h30min do dia 27/12/2024 (Horário de Brasília), através do endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Maiores informações na sede do consórcio sala de Licitações, Rua Ataliba de Barros, nº. 05, Bairro São Mateus, Juiz de Fora - MG, CEP: 36.025-275, ou através do e-mail licitacoes@acispes.com.br e do telefone (32) 3313-4054. Juiz de Fora, 13 de dezembro de 2024.

Gislene S. Generozo
Pregoeiro